



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 8, número 3, set.-dez. 2019

LETRAS, ELITISMO E CHÁ: A ESTRUTURA DE PODER NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS



LETTERS, ELITISM AND TEA: THE POWER STRUCTURE IN THE BRAZILIAN ACADEMY OF LETTERS

João Victor Martins CASTELLO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Júlia Oldra MEDEIROS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Magali Lippert da Silva ALMEIDA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do
Rio Grande do Sul, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | O AUTOR
RECEBIDO EM 02/09/2019 • APROVADO EM 02/01/2020

Resumo

Analisando o pleito que elegeu Carlos José Fontes Diegues (Cacá Diegues) em detrimento à escritora Conceição Evaristo, em agosto de 2018, este artigo dedica-se à investigação de como arte e poder unem-se na figura da ABL. É feito um panorama histórico da Academia e, fundamentando-se nisso, parte-se para uma análise da imagem atual da ABL. Enfim, constata-se que a Academia não é capaz de estabelecer uma memória legítima da literatura brasileira enquanto manter-se vinculada à sua estrutura de poder.

Abstract

Analyzing the plea that had Carlos José Fontes Diegues (Cacá Diegues) elected, in detriment of the writer Conceição Evaristo, in August of 2018, this article investigates how art and power unite in the figure of the ABL. A historical overview of the Academy is made and an analysis of the current image of the ABL is created. Finally, the researchers conclude that, due to its power structure, the ABL does not create a legitimate memory of Brazilian literature.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Estrutura de poder. Academia brasileira de letras.

KEYWORDS: Literature. Power structure. Brazilian academy of letters.

Texto integral

No dia 30 de agosto de 2018, a eleição do cineasta Carlos José Fontes Diegues para a ocupação da cadeira número 7 da Academia Brasileira de Letras nos levou a uma série de questionamentos. Nenhum deles, é necessário deixar claro, acerca da qualidade artística de Cacá Diegues, grande roteirista, diretor e contribuinte vital, por meio do Cinema Novo, para a arte e cultura brasileiras. Porém, é necessário questionarmos o porquê de, frente ao clamor de 22.732 pessoas via petição online, a eleição da poeta mineira Conceição Evaristo ter sido rejeitada pelos Imortais da Academia, com uma diferença surpreendente de 22 votos para o cineasta e apenas 1 para a poeta.

Com o objetivo de entender tal fenômeno, juntamente com suas características sociais, literárias, culturais e, principalmente, a estrutura de poder que o permeia, podemos rememorar o dia 20 de julho de 1897, no Rio de Janeiro, quando Machado de Assis proclamou o seu discurso na sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras. Declarou Machado de Assis, então presidente recém-empossado:

A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições

de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. (ASSIS, 1897, não paginado)

Machado apresenta a Academia Brasileira de Letras como órgão responsável pela memória cultural, construído para que os maiores nomes de nossa literatura não sejam esquecidos. Dentro desse viés filosófico que embasou a Academia na sua fundação, há uma nobre intenção de perpetuar a literatura, a arte e a cultura brasileiras; por meio de seus membros, a ABL representaria o que há de mais artisticamente rico no Brasil em termos literários, para que isso possa ser lembrado e passado de geração em geração. *Ad immortalitatem*.

Não debateremos, então, as intenções iniciais dessa organização, tampouco seu valor, se bem executadas essas intenções, para a criação de uma memória artística nas Letras brasileiras. Será debatido neste estudo, porém, o quanto, nos seus anos de existência, a Academia tem mantido seus ideais de representatividade e transmissão cultural diacrônica, visto a resistência em prestigiar alguma forma de expressão literária vinda de minorias sociais, manifestada pela inexistência de mulheres negras e pequena presença de mulheres brancas e homens negros entre os Imortais.

Na tentativa de encontrar respostas para esse fenômeno literário e social, iremos explicar ao que nos referimos quando falamos de “estrutura de poder”. Tal termo, que apropria-se de um caráter mais amplo quando pensado na sociologia e filosofia enquanto “relações de poder”, aqui, assumirá cunho literário, ou melhor, pertencente ao fenômeno da produção literária, na qualidade de meio cultural constituído por um sistema literário formal, que, conforme Candido (2000, p. 23) compreende a existência de um conjunto de produtores literários, um conjunto de receptores e um mecanismo transmissor que liga uns aos outros. Feita esta explicação teórica, partiremos para a construção de uma breve linha histórica que explicitará o quanto essa estrutura tem permeado o meio literário brasileiro, manifestado pela figura da ABL. Então refletiremos sobre se tal instituição, ocupando seu papel de consagração artística nacional, tem devidamente representado a literatura brasileira. Por fim, debateremos um pouco mais sobre a relevância ou não da representação dessas minorias sociais na elite literária do país, já compreendendo essa exclusão enquanto consequência de uma estrutura.

1 Estrutura de poder na literatura: conceituação

Antes de pensarmos e debatermos sobre como essa “estrutura de poder” se articularia dentro da literatura, é fundamental refletir acerca das relações de poder intrínsecas ao ser humano e à sociedade como um todo. A “estrutura de poder” na literatura nada mais seria do que um reflexo de como essas relações se dão na sociedade.

Façamos um exercício para pensar num poder sem o rei, isto é, sem pressupor que o poder emana de uma fonte que o detém e pode deixá-lo fluir. Tentemos pensar no poder sem uma pessoa, autoridade, ou instituição que não apenas o possui mas determina sua natureza, seus limites e seu modo de funcionamento. Inútil: tudo o que podemos pensar é em recursos de poder, que só são considerados como tais quando podem ser utilizados por pessoas, grupos, entidades, instituições; tudo o que podemos pensar é em prerrogativas atribuídas a autoridades ou entidades; tudo o que podemos pensar é em coisas possuídas por uns e das quais outros são despossuídos, é impossível pensar o poder sem o rei - ou sem súditos, o que vem a dar no mesmo - na nossa concepção corrente, que Foucault chama de concepção do poder-soberania. (ALBUQUERQUE, 1995, p. 106)

Esta concepção de poder-soberania é questionada por Foucault, mas foi muito fomentada por grandes filósofos que o antecederam, como Thomas Hobbes. A teoria (ou, se quiserem, os aparatos metodológicos) foucaultiana do poder estrutura-se muito mais em buscar entender sua natureza, excluindo da análise os sujeitos e os objetos tão presentes na ideia do poder-soberania; tanto que o define como fator sistematizador da sociedade, vinculando-se à uma ideia de que esta se constrói a partir do poder, e não constrói o poder. Todavia, o poder sem seus atores sociais, que o põem em prática em prol de seus objetivos, também não existiria. Ele é “um conjunto de forças materiais que se concentra no centro da sociedade, e se irradia de forma intermitente em direção à periferia” (ALBUQUERQUE, 1998, p. 108-109), mas não se irradia como uma poça d’água, ou uma onda sonora, se irradia como uma rede: precisa de algum tipo de sustento (indivíduos) onde possa ser enlaçado para, então, ir para outro sustento, e outro, e assim por diante. Dessa forma, podemos concluir que o poder não é um simples aglomerado de forças detido por um indivíduo superior, mas um conjunto de relações sociais assimétricas que enlaçam-se entre sujeito e objeto (ou, na visão de poder-soberania, rei e súdito) e que podem ser utilizadas pelo primeiro em prol de uma meta, um objetivo, que o diga respeito.

Tendo em mente essa característica do poder, podemos imaginá-lo operando em praticamente qualquer situação humana atual; no trabalho, na escola, na fila do ônibus e até mesmo na escrita deste artigo. Onde há interação humana, é muito provável que haja também uma rede (relação) de poder, tensionando-se entre seus sujeitos e objetos. Isto ocorre também em instituições, onde pelo poder é construída uma hierarquia mantida pela ideia de superioridade e inferioridade; também nas artes, onde a mesma hierarquia sustenta-se agora numa noção de qualidade artística. Por que não na literatura?

De fato, ao analisarmos a historiografia da literatura brasileira, encontraremos diversas evidências do quanto uma classe econômica alta, detentora de privilégios sociais, aproveitava-se de sua situação enquanto ente superior dentro dessas relações de poder para cultivar a literatura segundo seus

interesses, independentemente, muitas vezes, de sua qualidade artística. Lajolo e Zilberman (1991), ao falarem sobre a fundação da primeira academia brasileira de Letras em 1724, a Academia Brasílica dos Esquecidos, deixam claro que isso só foi possível graças ao mecenato provido pela elite financeira do Brasil colônia.

Sem condições de enfrentarem individualmente a falta de público e a pobreza dos meios de produção intelectual, os baianos buscaram uma solução coletiva, também em voga na Europa civilizada: a criação das academias, que reuniam os letrados locais sob a égide de um mecenas. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1991, p. 50)

E escritores estes que procuraram o mecenato eram homens letrados que foram capazes de ler os cânones franceses e portugueses e destes extrair, como fala Antonio Candido, o galho da literatura europeia que é a literatura brasileira (CANDIDO, 1959, pg. 9). Homens como Rocha Pita, Frei Jaboaão, figuras de importância social da época que conseguiram o mecenato de Dom Vasco Fernandes César de Meneses para a publicação de suas obras. Já no princípio de sua estruturação a literatura brasileira foi hegemônica; uma classe foi capaz de produzi-la e adonou-se dela, ditando suas qualidades positivas e negativas.

Podemos argumentar que não teria como ser diferente. Não há como esperar que um escravo, um índio, uma mulher ou uma pessoa pobre fossem capazes de produzir literatura no Brasil colonial sem estarem expostos à uma vida de consumo artístico; o que era impossível para estas minorias por motivos de opressão e segmentação social. Estes grupos foram completamente excluídos do plano letrado da sociedade brasileira em formação, sociedade esta que estava seguindo o modelo de sociedade europeia que lhe era imposto. O que está em debate, portanto, não é a falta de consciência socialmente inclusiva de nossa sociedade no Brasil colonial, isto lhe era intrínseco, o problema é quando estes moldes evidentemente arcaicos são mantidos já em uma outra sociedade, numa era contemporânea que não quer mais a literatura nas mãos de poucos. Aí expõe-se o quão chocante é essa relação de poder, e quão profundas são suas raízes.

A literatura também demonstra o quanto funcionou dentro de uma estrutura de poder na realidade brasileira ao olharmos para como se constituiu o Regionalismo:

Pode-se perceber, desde logo, que a noção de Regionalismo engloba dois sentidos que, se não são opostos, nem sempre coincidem. Afinal, José de Alencar escreveu *O Gaúcho* bem sentado em sua escrivaninha carioca; enquanto que Apolinário Porto Alegre, na capital da província sulina, redigiu seja *O Vaqueano*, narrativa de temática gauchesca, seja *Flores da morte*, poemas em que lamenta a perda da esposa e da filha. Contudo, a ambos cabe o adjetivo regionalista, que servirá para o Cyro Martins de *Sem Rumo* e o Tabajara Ruas de *Os Varões Assinalados*. Basta estar longe do centro ou não falar dele, para ser tachado de regionalista,

qualificação tendente ao pejorativo, porque a ela se opõe o universal e/ou o nacional, categorias à primeira vista superiores. Houvesse um “cânone literário sul-rio-grandense”, teríamos Modernismo e não teríamos Regionalismo. (ZILBERMAN, 2001, p. 38)

Atendendo à essa centralização do cânone, ao final do século XIX, após a transição de um romantismo para um realismo e já com uma onda baudelairiana, era um cenário ideal para a implantação de um ente institucional que determinasse aquilo que realmente era literatura brasileira, e boa literatura brasileira. Assim, consagrando gigantes, reforçava-se um modelo a se seguir, uma estrutura a se entrar. Em meio a este cenário, fruto de uma relação de poder já tecida socialmente e comandado por uma elite cultural, social e econômica, surge a Academia Brasileira de Letras, em 1897.

2 Academia Brasileira de Letras: história e motivações

A Academia Brasileira de Letras (ABL) foi criada seguindo a inspiração francesa da *Académie Française de Lettres*, pois o embasamento na “Casa de Richelieu”, berço da futura expressão “Casa de Machado de Assis”, proporcionaria a legitimidade julgada necessária para o enraizamento da instituição que já nascia elitizada e com caráter visivelmente erudito.

Os escritores, que faziam parte da elite fundadora da ABL, pereciam frente aos desacertos políticos e econômicos do fim do século XIX e viam-se em meio a uma inconsistência do “mercado das letras”. Nessa perspectiva, a criação de uma instituição que promovesse o trabalho desses homens das Letras seria a melhor opção para garantir a notoriedade e o crescimento dos mesmos. Assim foi idealizada a ABL, que seria o espaço de consagração e consolidação literária desse grupo intelectual.

A fundação da Academia Brasileira de Letras é utilizada como um exemplo da mudança de concepção do papel dos escritores no Brasil *fin-de-siècle*. Mais reflexo do que motor deste desvio de rumos, a centenária instituição teria nascido como fruto da angústia existencial dos principais homens de letras da época. Acuado diante da violência dos anos de chumbo da República, nos quais campeavam a censura, o estado de sítio, o empastelamento de jornais e o exílio de adversários do governo, um núcleo bastante heterogêneo de destacados literatos resolveu deixar de lado as divergências políticas e somar esforços para demarcar fronteiras de defesa contra as arbitrariedades da nova ordem institucional. (RODRIGUES, 2001, p. 25-26)

Em novembro de 1896, na Gazeta de Notícias e no Jornal do Comércio, foram divulgadas notícias iniciais sobre a fundação da instituição e o início de sessões preparatórias. Foram realizadas sete ao total, sendo a primeira em 15 de dezembro do mesmo ano, em que Machado de Assis foi prontamente aclamado presidente. Na última sessão, em 28 de janeiro de 1897, foram instituídos os membros presentes: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo e Visconde de Taunay. Além deles, Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luís Murat e Valentim Magalhães, que estavam presentes em sessões realizadas anteriormente, e Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sílvio Romero e Urbano Duarte que aceitaram o convite a figurar o corpo acadêmico, formaram os primeiros 30 membros.

Depois de eleitos os 30 membros iniciais, havia a necessidade de completar os outros 10 restantes, seguindo o exemplo da Academia Francesa que possuía 40 membros. Desse modo, os membros presentes elegeram os restantes: Aluísio Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça.

Em meio a encontros regados a chá (símbolo do aburguesamento) e discursos imponentes, forma-se a ABL, composta por expoentes políticos e culturais da época, propositalmente como forma de “selecionar” aqueles que seriam privilegiados e usufruiriam da influência da agremiação. Consequentemente, grandes escritores considerados estranhos ao “padrão” da academia foram condenados a viver excluídos do núcleo intelectual que se formara.

Em carta a Monteiro Lobato, Lima Barreto explicava o insucesso: ‘Sei bem que não dou para a Academia e a reputação de minha vida urbana não se coaduna com a sua respeitabilidade. De modo próprio, até deixei de frequentar casas de mais ou menos cerimônia - como é que podia pretender a Academia? Decerto não...’ (BROCA, 2007, p. 41)

A demonstração dessa elitização absoluta da Academia Brasileira de Letras, desde seus primórdios, revela uma busca pelo poder da influência intelectual em detrimento à ideia de consolidar e imortalizar a literatura brasileira de qualidade e seus importantes escritores como memória cultural de uma nação, já que, desde sua idealização, os moldes elitistas eram visíveis. Esses traços permanecem ainda hoje incrustados na agremiação, visto que há a perpetuação de uma estrutura de poder moldada na heterogeneidade (homem-branco-elitizado).

3 Academia Brasileira de Letras: o que vemos hoje

Foi dito no início do artigo que, por meio do discurso de Machado de Assis, enxergamos os ideais de fundação da Academia Brasileira de Letras como sendo os de transmissão cultural diacrônica e valorização do que há de melhor em nossa literatura. Agora, após uma recapitulação histórica, é talvez natural muitos comecem a refletir sobre o que Machado realmente quis dizer. Vimos que a ABL nasceu enraizada em um forte elitismo, atendendo ao desejo dos já maiores literatos da época em razão do contexto político vigente. Com isso em mente, muitos podem se perguntar qual, e de quem, era a “tradição” que o então presidente proclamou buscar a estabilidade e progresso. Afinal, a ABL realmente está fugindo de seus propósitos iniciais ou a inclusão de todas as vozes literárias brasileiras nunca esteve em seu projeto?

A Casa de Machado de Assis [a Academia Brasileira de Letras] é, antes de tudo, uma sociedade política. Se obtém algum favor, quase sempre retribui o benefício, o que é uma virtude e um defeito. Virtude porque mostra a sua gratidão e defeito porque elege os candidatos medíocres quando estes são capazes de ajudá-la. (JORGE, 1999, p. 31).

Jorge (1999), em seu livro *A Academia do fardão e da confusão*, nos lembra do caráter essencialmente político da ABL. A instituição, desde sua fundação, não é apenas uma entidade de agrupamento de conhecimentos artísticos, mas também uma organização socio-política que tem uma dívida com a sociedade brasileira; e deve demonstrar que essa dívida, que é o zelo pela língua, literatura e cultura brasileiras, é atendida. Todavia, cresce, nos últimos tempos, uma visão cada vez mais “conservadora” da ABL, no sentido de esta ser vista como uma instituição que se afasta da sociedade para se manter enquanto um grupo de reunião vespertina de intelectuais. Uma turma do chá. A ABL nunca foi ignorante quanto a isto e desde a eleição de Nélida Piñon, em 1996, tenta produzir um *marketing* próprio, passando, na medida do possível, uma imagem de progressão quanto aos direitos das minorias sociais e integração à sociedade. Disso nos relata Rodrigues (1998):

O primeiro fato a se destacar foi a eleição do primeiro presidente mulher na história da Academia. Escolhida a romancista Nélida Piñon, os holofotes da curiosidade jornalística se voltaram para aquele cenáculo que durante 80 anos havia impedido que uma representante do sexo frágil adentrasse o egrégio sodalício. [...] Apoiando-se na positiva repercussão do fato, Nélida imediatamente lançou as bases do centenário que se aproximava. Para cumprir suas metas, trabalhou em dois planos. [...] Incluíam um cd-rom e um livro sobre os cem anos de história da Academia nos quais se encontrariam fotos e biografias de todos os acadêmicos, vivos ou mortos, e dos patronos das quarenta cadeiras (obviamente também não mais entre nós), anedotas sobre a sua vida interna, textos explicativos, fotos inéditas das

reuniões e posses, e cópias de manuscritos. A seguir, pensava-se na reforma do arquivo e da biblioteca, locais que guardam muitas preciosidades, entre manuscritos, correspondências e obras raras. Por fim, imaginou-se tornar o espaço físico da sede da ABL um local aberto à visitação pública, de forma a integrá-la mais à sociedade. No plano externo, a palavra que pode resumir o que a presidenta tentou fazer é “propaganda”, ou, se quiserem um termo mais moderno, *marketing*. Figura simpática, aparentando jovialidade e entusiasmada com as possibilidades de rejuvenescimento que os festejos do centenário abririam para os imortais, Nélida Piñon foi uma figura de relativo destaque nos cadernos culturais do principais jornais do país ao longo do ano de 1997. (RODRIGUES, 1998, p. 5-6)

A ABL, então, não se afasta de uma empresa, nesse sentido; ela deve prezar, como qualquer empreendimento, pela sua imagem frente ao “público consumidor” (em tese, toda a sociedade brasileira, em prática, o aglomerado letrado brasileiro). Deve fechar negócios que lhe beneficiem, beneficiando outras empresas (figuras) em troca. A sua natureza cultural entra em choque com o campo quase mercantil no qual se insere, sendo ela fadada a ser uma entidade que oscila entre esses dois. De forma astuta, deve buscar justificar suas atitudes mercantis utilizando-se da sua natureza cultural ou até mesmo acobertá-las totalmente, como quando Nélida Piñon foi eleita presidente ou como quando elegem-se pessoas de alta influência social, porém com pouca e/ou duvidosa produção artística/literária.

O leitor atento já percebeu o quanto essa estrutura aqui apresentada está imersa em relações de poder. Isso não é dizer que a ABL perde todo seu valor cultural e literariamente memorial; pelo contrário, ela é e sempre será a academia de Letras fundada por Machado de Assis, gênio imortal da literatura brasileira, e seus princípios são dignos ao ponto de equivocar-se quem não a julga necessária. Todavia, a elite que a constitui, sua posição frente à sociedade e a elite que visa entrar nela, de certa forma, dirigem-na para uma estrada que não é a da inclusão da diversidade de vozes literárias de nosso país e, conseqüentemente, também não é a da construção de uma memória cultural autêntica. Longe disso, conduzem-na por uma estrada que é a da hegemonia, do atendimento de favores e do jogo de capital, onde sobrenomes, poder aquisitivo e posição social falam mais alto do que qualidade artística e representatividade cultural.

Como mais recente exemplo que identifica essa exclusão de setores sociais na ABL, temos o pleito que elegeu Cacá Diegues (homem branco e pertencente à elite) em detrimento à Conceição Evaristo (mulher negra e com passado humilde). Conceição recebeu apenas 1 voto dentre os 35 possíveis. Diegues recebeu 22 votos, seguido pelo editor e colecionador Pedro Aranha Corrêa do Lago que recebeu 11 votos. Ao todo, pleiteavam um lugar na academia 11 candidatos.

Foi através de demanda popular que Conceição foi levada a concorrer à vaga na ABL: militantes, especialmente dos movimentos negro e feminista, expuseram a ausência de diversidade na academia e a força representativa que Conceição dispunha para facear o pleito da instituição. Isto foi

significativo, pois, em um país de crescentes descrenças políticas e ideológicas, sentir-se parte representada em instituições de força intelectual e cultural significa estabelecer uma ponte entre classe/grupo e relevância cultural/intelectual. Conceição Evaristo ter sido derrotada por 21 votos de diferença é mais que uma derrota individual, é uma derrota social, estrutural e política daqueles que não conseguem enxergar-se representados em nenhum setor social e econômico que não sejam aqueles relegados à marginalização. Além disso, o descontentamento com a posição política e social da academia não é um fato isoladamente atual. Em 1924, Graça Aranha desliga-se da ABL e escreve em sua carta de despedida:

A Academia é uma contradição do espírito moderno, que agita e transforma todo o Brasil. Perante a opinião pública, que a deve policiar, entendi estimular a Academia a orientar-se por esse espírito novo. Em seguida às palavras que lhe dirigi, apresentei o projeto de reforma de seus trabalhos com o propósito de nacionalizar-lhe e modernizar-lhe a ação. O projeto foi rejeitado. A Academia quer persistir na sua posição eclética e antiquada, nefasta a literatura brasileira. Recusa-se a tornar-se um organismo útil e ativo, um fator do moderno sentimento nacional, seu representativo, seu guia. (JORGE, 1999, p. 128-129)

O fato da escritora ser negra, mulher e de trajetória humilde enfatiza os pontos principais aos quais a ABL, propensa a isenção ao tratar de debates sociais e partícipe dessa estrutura de poder que reforça a desigualdade, mais se abstém. As mulheres tiveram possibilidade de admissão para uma cadeira na Casa de Machado de Assis apenas em 1977, com a eleição de Rachel de Queiroz; e uma presidenta, como já dito, somente em 1996. Foram 80 anos de negligência com a produção literária feminina. Além disto, em mais de 120 anos de existência, a academia teve apenas dois membros negros, sendo um deles o fundador Machado de Assis. O outro foi Domício Proença Filho. Conceição teria sido a primeira mulher negra da história a figurar na agremiação.

O quanto isto seria de significativo para a imagem da ABL, para a população negra e para a memória da nossa literatura, jamais saberemos.

Conclusão

A ABL, instituição que detém a capacidade de incluir em nosso “panteão” literário as diversas vozes que emanam da população brasileira, segue presa em um devaneio de europeidade e jogos políticos que lembra a elite carioca do final do século XIX. As relações de poder que emanam dela circulam, na realidade, por todo campo literário. Hoje, a comunidade literária ainda luta para se desprender de sua natureza elitista e enfraquecer esta estrutura de poder seletiva. Mais e mais, enxergamos literaturas negras, LGBTQs, femininas e periféricas conquistando lugares em cenas regionais e até mesmo nacionais; a noção de literatura enquanto

expressão do ser humano está entrando em um meio anteriormente privado à noção de literatura enquanto arte reservada a uma elite social. Frente a tudo isso, infelizmente, temos a abstenção da maior entidade representativa da literatura brasileira.

A ABL, como instituição cultural de grande porte, teria de exercer o papel de representação, na forma de seus eleitos, da população brasileira e de suas características e demandas culturais, políticas e sociais. Em períodos de instabilidade ideológica e governamental, entidades como a ABL deveriam ser um refúgio e uma forma de resistência em favor da literatura e das artes em geral, que tanto sofrem com o desgaste dos ideais culturais. Construir uma memória autêntica da literatura brasileira, do sistema literário e de seus participantes deveria ser o intuito principal de uma instituição que traz como lema “*Ad immortalitatem*”.

Referências

ALBUQUERQUE, J. A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p. 105-110, out. 1995.

BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil de 1900*. São Paulo: José Olympio, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos decisivos*. São Paulo: Itatiaia, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

JORGE, Fernando. *A Academia do fardão e da confusão*. São Paulo: Geração Editorial, 1999.

MOVIMENTO NÓS. *Conceição Evaristo na Academia Brasileira de Letras*. Change.org. Disponível em: <<https://www.change.org/p/queremos-concei%C3%A7%C3%A3o-evaristo-na-academia-brasileira-de-letas>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas, 1998.

ZILBERMAN, Regina. Cânone Literário e História da Literatura. *Revista Organon*, 2001, v. 15, n. 30/31, p. 33-38

ZILBERMAN, Regina. LAJOLO, Marisa. *A Leitura Rarefeita: Livro e Literatura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

Para citar este artigo

CASTELLO, João Victor Martins; MEDEIROS, Júlia Oldra; ALMEIDA, Magali Lippert da Silva Almeida. Letras, elitismo e chá: a estrutura de poder na Academia Brasileira de Letras. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 8, n. 3, p. 125-136, set.-dez. 2019.

João Victor Martins Castello é graduando em Letras na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisador FAPERGS pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Magali Lippert da Silva Almeida.

Júlia Oldra Medeiros é graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora PIBIC/CNPq pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Magali Lippert da Silva Almeida.

Magali Lippert da Silva Almeida é professora no curso técnico em Biblioteconomia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.